

Cresce a luta contra o corte de verbas na educação!

Professores, técnicos e estudantes receberam com indignação o anúncio do corte de mais de R\$ 9 bilhões do orçamento da educação

Nos últimos tempos, o que mais se ouve nas universidades públicas é a palavra “contenção”. A ordem é gastar o mínimo e cortar o que for possível, pois os recursos repassados pelo governo federal têm sido cada vez mais escassos. Ao invés de ampliar os investimentos na educação, o governo adota medidas de contenção de recursos, arrocho salarial e de retirada de direitos dos/as trabalhadores/as.

Algumas semanas após o governo autodenominar-se “Pátria Educadora”, Dilma anunciou o bloqueio de R\$ 69,9 bilhões do Orçamento Geral da União como parte do ajuste fiscal para equilibrar as contas públicas. A educação amarga uma das maiores perdas: R\$ 9,42 bilhões. Na saúde, o corte foi de R\$ 11,77 bilhões.

“No discurso do governo, a educação é uma prioridade, porém a realidade mostra o contrário. Sem dinheiro suficiente, muitas universidades estão penando para criar um ambiente adequado para o ensino”, ressalta o presidente da Adufes, Edson Cardoso. Ele lembra que, além dos cortes recentemente anunciados, no início do ano o governo já havia limitado a verba das IFE a 1/18 avos do orçamento por mês.



Com menos dinheiro em caixa, as universidades tiveram que reavaliar contratos de prestação de serviços, restringir compras, atrasar salários dos trabalhadores terceirizados, diminuir gastos com assistência estudantil e com diárias em eventos acadêmicos, por exemplo. “Ao mesmo tempo em que reduz recursos para a Educação, o governo vai gastar R\$ 198,4 bilhões em concessões para empresas privadas executarem obras de construção de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Isso

é um contrassenso”, critica o vice-presidente da Adufes, Rafael Vieira.

Ele lembra que o orçamento federal possui um alto grau de comprometimento com o pagamento da dívida pública, destinando mais de 40% de tudo que arrecada com os juros e amortizações de uma dívida que não para de crescer. “Em 2014, o governo federal gastou R\$ 978 bilhões com juros e amortizações da Dívida Pública. A quantia corresponde a 12 vezes o que foi destinado à Educação, e 11 vezes aos gastos com Saúde”.

A universidade pública agoniza! Resistir é preciso

Nas universidades brasileiras, que enfrentam um processo intenso de sucateamento e precarização dos serviços, professores/as, trabalhadores/as técnico-administrativos/as em educação (TAE's) e estudantes se levantam contra o corte de verbas exigindo que as medidas sejam revistas, e que a educação passe, verdadeiramente, a ser prioridade.

A greve nacional, organizada pelo Andes-

-SN (Sindicato Nacional dos Docentes) e pela Fasubra, (Federação que representa os técnicos em educação), atinge as categorias em várias localidades. O movimento cresce a cada dia e segue unificado com várias categorias do serviço público (SPF).

Os/as professores/as defendem o caráter público da universidade e reivindicam melhores condições de trabalho e ensino, garantia da autonomia universitária,

reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados. O movimento nacional foi deflagrado após tentativas infrutíferas de negociação com o governo. Além de não apresentar respostas à pauta docente, no mês passado (em 22/05), os representantes do MEC voltaram atrás em relação ao acordo assinado em abril de 2014, sobre os conceitos iniciais para reestruturação da carreira.

Judiciário determina que governo negocie com os servidores

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), determinou que o governo abra negociação num prazo de 10 dias (a partir do dia 12/06) com a Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra).

No dia 12/06, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) declarou que o movimento paredista dos trabalhadores técnico-administrativos das universidades é legal e determinou que o governo abra negociação num prazo de 10 dias (a partir do dia 12/06) com a Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra).

“A decisão do STJ é importante, pois legitima o nosso direito de greve”, diz o representante do Comando de Greve do Sindicato dos trabalhadores em educação da Ufes, Felipe Fermino. O movimento paredista, segundo ele, foi deflagrado como resistência à ofensiva do capital sobre o direito à educação pública.

A greve dos técnicos já chegou a mais de 50 instituições, demonstrando o alto grau de insatisfação da categoria que pede, entre outros pontos, 27% de reajuste no salário e flexibilização na carga horária de trabalho. Também denuncia o processo de privatização dos hospitais universitários, através da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Corte de verba gera paralisação de alunos na Ufes. Os Acadêmicos de vários cursos da Ufes têm realizado

assembleias para discutir um calendário de mobilizações e da possibilidade de greve estudantil. Na pauta do movimento constam, além dos cortes, a luta contra o Projeto de Lei da terceirização e a favor da assistência estudantil.

Durante uma semana, alunos/as de Serviço Social trocaram as salas de aulas por debates que trataram de temas diversos, como o apoio à greve dos servidores técnico-administrativos e ao movimento nacional docente. No Dia Nacional de Luta em Defesa dos Hospitais Universitários (18/06), os acadêmicos voltaram a paralisar as atividades para participar de ações de greve do Sintufes, na Praça Costa Pereira, no Centro de Vitória.

De acordo com João Paulo Valdo (Serviço Social), o lema “Pátria Educadora” se materializa em cortes de financiamento na educação e em direitos sociais. “Essas medidas têm causado grande insatisfação e trazido precarização nos setores públicos, incluindo a Universidade”, disse, criticando também o PL da terceirização de serviços que representa um dos maiores ataques aos direitos trabalhistas.

Segundo o estudante, os cortes têm afetado o funcionamento de vários cursos. “Temos falta de papel e tonner nos departamentos, dificuldades para obtermos verbas para participação em eventos, além do atraso nas bolsas estudantis e dos programas de permanência”, disse.

EDITORIAL

CRESCE MOVIMENTO GREVISTA

Esta edição trata da mobilização docente e dos demais segmentos das IFES no enfrentamento aos cortes orçamentários e ao avanço das terceirizações que ameaçam a qualidade da educação federal.

O Governo Dilma aprofunda o ajuste neoliberal com ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários, cortes nas políticas públicas e privatizações. No serviço público, em especial nas universidades federais, a privatização vem ocorrendo por meio da terceirização dos serviços, com as chamadas parcerias público-privadas. Depois da EBSERH, a bola da vez é a contratação de docentes por meio de Organizações Sociais, com a constitucionalidade da Lei 9.637/98, arbitrada pelo STF.

Esse cenário se agrava com as seguidas altas da inflação, chegando a 8,8% em junho/2015 (IPCA/IBGE). Enquanto isso, docentes e demais servidores seguem sem perspectiva de reajuste para o ano 2016, pois o Governo nega-se a negociar efetivamente. Para completar o descaso com a educação, o MEC declarou nulo um acordo firmado com o Andes-SN em 2014, quando aceitara discutir o conceito de carreira proposto pelos/as docentes.

Por não faltarem motivos, o Andes encaminhou a construção da greve nacional dos docentes desde 28/05/2015. Iniciada com 17 seções sindicais, a greve já conta a adesão de 35 AD's, e só cresce! Na Fasubra, que representa os TAE, a adesão é plena em todo o país, incluindo na UFES. Estudantes de várias IFES também estão em greve.

A força da greve docente fez o MEC marcar uma reunião com nosso sindicato para o dia 23 de junho. Discutiremos se há respostas concretas à pauta docente e à crise na Educação. Será oportuno avaliarmos os rumos do movimento e a disposição de nossa base para avançar na luta. Podemos estar certos/as de que sem luta nada poderá ser conquistado, mas com vigor e coragem, ainda poderemos resgatar a qualidade da Educação Pública e a dignidade do/a trabalhador/a docente.



Foto: Comunicação Adufes

Atividade de greve dos técnicos da Ufes na Praça Costa Pereira, em Vitória, com serviços de saúde à população.

Docentes da Ufes ainda não aderiram à greve nacional

Embora não tenha aderido ao movimento, categoria se mantém mobilizada

Em assembleia realizada na Adufes no dia 02/06, a proposta de greve foi rejeitada pelos/as docentes, mas a plenária entendeu que a paralisação é uma forma legítima de pressionar o governo contra os desmontes da educação. Mais de 300 professores/as participaram da atividade. “Somente por meio da luta frente aos ataques à educação pública é que seremos vitoriosos, porém a base precisa estar forte e disposta a se envolver no movimento paredista”, ressalta o presidente da Adufes.

Apesar de votar pela continuidade das aulas, a categoria se mostrou preocupada com a redução do repasse de verbas feito pelo Governo Federal e questionou o recente corte de mais de R\$ 9 bilhões no setor como parte da política de ajuste fiscal. “Esse corte vai colocar em risco o que a universidade se propõe a fazer que é ensino, pesquisa e exten-

Reuniões setoriais da Adufes apontam problemas e necessidade de mobilização

A fim de avançar no processo de organização da categoria, o sindicato tem visitado os locais de trabalho dos/as docentes para discutir as demandas e os reflexos dos cortes orçamentários no dia a dia da categoria.

Foram feitas reuniões setoriais no Centro de Ciências Agrárias (CCA), em Alegre, no Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes), em São Mateus e em várias unidades no campus de Goiabeiras e Maruípe, ambos em Vitória.

Para a diretora da Adufes Sandra Della Fonte, “as reuniões setoriais têm sido fundamentais para manter a categoria informada sobre os cortes de verbas na educação e como isso poderá inviabilizar o pleno funcionamento das universidades, inclusive da Ufes”.

Em todos os centros visitados, os/as professores/as denunciaram a existência de salas insalubres e com rachaduras, falta de segurança nos campi, passando pela carência de manutenção dos prédios e equipamentos. As reuniões setoriais fazem parte do Planejamento



Foto: Comunicação Adufes

Em Assembleia Geral categoria rejeita por ampla maioria a greve, mas mantém indicativo.

são”, afirma o presidente do sindicato.

Edson lembra que, em 2015, a categoria recebeu a última parcela de reajuste prevista no acordo que pôs fim à greve de 2012. Para que os docentes tenham algum ganho em 2016, o projeto de lei deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto. No entanto, o governo vem

protelando as reuniões de negociações.

Quadro da Greve. Até o fechamento desta edição (22/06), o movimento já tinha adesão de 35 seções sindicais do Andes-SN (Sindicato Nacional), atingindo assim todas as regiões do país. As últimas universidades a aderir ao movimento foram as Federais do Rio de Janeiro (UFRJ) e de Santa Catarina (UFSC).

Estratégico da diretoria e do calendário de mobilização proposto pelo Andes-SN.

CCS pede socorro. Um dos locais com alto índice de queixas é o Centro de Ciências da Saúde, em Maruípe. Durante as reuniões setoriais, os/as docentes relataram problemas enfrentados com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). “O acesso à água, a energia e ao telefone estão submetidos ao controle da Ebserh. Conseguir uma linha de telefone transformou-se em uma “odisseia” que leva, pelo menos, um ano”, ressaltou

indignada uma professora do CCS.

Os/as docentes também questionaram a perda da autonomia da universidade com a adesão da Ufes à Ebserh que passou a gerir o hospital-escola (Hospital das Clínicas). Vinculada ao Ministério da Educação, a empresa tem sua sede em Brasília e, portanto, as decisões são tomadas à distância. Segundo Edson Cardoso, presidente da Adufes, “isso representa uma quebra da autonomia que ocorre, também, nos aspectos políticos e pedagógicos”, criticou.



Foto: Comunicação Adufes

Reunião Setorial da Adufes realizada no mês de maio no Departamento de Desportos, em Vitória.

Concurso público nas universidades em risco: governo autoriza contratações via OS

Professores/as poderão ser contratados via Organização Social (OS), ampliando o processo de terceirização na educação pública. E em época de ajuste fiscal o risco aumenta.

Agravando os desmontes da educação pública, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou em abril, com o apoio do governo, a privatização da educação via Organizações Sociais (OS), que são figuras jurídicas de natureza privada. Esse modelo impõe aumentar a precarização das condições de trabalho nas Instituições Federais de Ensino (IFE), colocando em risco seu pleno funcionamento.

Rafael Vieira Teixeira, diretor da Adufes, explica que a possibilidade de contratação via Organizações Sociais (OS) no serviço público e, em particular, na Educação e C&T, anunciada pelo presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 2014, se soma à afirmação da constitucionalidade das OS a partir do julgamento da ADIN 1923 no Supremo Tribunal Federal (STF). Com isso, OS

poderão ser instituídas para gerenciar setores das universidades, com sérios prejuízos aos/as trabalhadores/as.

Os processos de contratação via OS implicará no fim progressivo dos concursos públicos e do Regime Jurídico Único (RJU), colocando as carreiras, incluindo a docente, em regime de extinção. Rafael explica que o desmonte da educação também afeta os/as estudantes, bem como toda população. “Atividades de ensino, pesquisa e extensão poderão ser interrompidas a qualquer momento, acarretando em sérios prejuízos”, critica.

Terceirização da Educação. A Capes argumentou de forma falaciosa que o Regime Jurídico Único (RJU) contrata professores/as “por 30 anos e não manda ninguém embora”, e que as OS garantiriam a contratação de pesquisadores estrangeiros. O que ela propôs, na verdade é a ampliação da terceirização nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

Vale lembrar também que esse projeto se insere, por exemplo, nos hospitais universitários via Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que não

é uma OS, mas também funciona com a precarização das condições de trabalho.

O diretor da Adufes esclarece que tanto a proposta de contratação via OS quanto o modelo de gestão pela Ebserh agridem o processo democrático de seleção de professores/as por meio de concursos públicos. A mesma ainda fere a autonomia universitária, item que consta na pauta docente.

Prestação de Contas Adufes

A gestão em exercício no sindicato divulgará mensalmente no Fique Por Dentro a prestação de contas da Adufes, garantindo transparência e responsabilidade de todas as ações da entidade.

RECEITA MÊS 03/2015

RECEITAS GERAIS (Mensalidades)	125.677,24
OUTRAS RECEITAS*	19.263,44
TOTAL DA RECEITAS	144.940,68

DESPESAS MÊS 03/2015

Despesas c/Pessoal	30.275,01
Atividades e Eventos Sindicais	9.017,71
Serviços Prestados Terceiros**	300,00
Encargos Sociais	1.212,16
Despesas Gerais***	36.219,73
Despesas Tributárias	3.975,84
Despesas Financeiras	55,20
TOTAL DAS DESPESAS	R\$81.055,65

RECEITA MÊS 04/2015

RECEITAS GERAIS (Mensalidades)	127.382,69
OUTRAS RECEITAS*	20.396,13
TOTAL DA RECEITAS	147.778,82

DESPESAS MÊS 04/2015

Despesas c/Pessoal	33.293,13
Atividades e Eventos Sindicais	9.610,12
Serviços Prestados Terceiros**	4.992,00
Encargos Sociais	1.423,34
Despesas Gerais***	51.369,60
Despesas Tributárias	408,20
Despesas Financeiras	104,90
TOTAL DAS DESPESAS	R\$101.201,29

*Outras Receitas refere-se a aplicações e investimentos. | **Serviços Prestados Terceiros refere-se a Assessoria Contábil, Jurídica, Assistência Técnica Informática, Serviços Profissionais Pessoa Jurídica e Pessoa Física. | ***Despesas Gerais refere-se a repasses para o Andes-SN, gastos com água, luz, telefone, correios, segurança, lanches, cópias, agenda de fim de ano, anúncios, assinatura jornais e revistas, despesas legais e judiciais, materiais de limpeza, de escritório e combustíveis.

2º Congresso da CSP Conlutas apoia greve unificada da educação

“As mobilizações contra as medidas que precarizam e retiram os direitos dos trabalhadores/as devem fortalecer as lutas para este ano”, avalia o diretor da Adufes, Raphael Góes Furtado. Ele participou do 2º Congresso Nacional da CSP Conlutas, realizado no início do mês de junho, em Sumaré/SP. A atividade reuniu 373 entidades sindicais e movimentos populares e estudantis que aprovaram resoluções voltadas ao fortalecimento das lutas.

Entre as resoluções aprovadas, está a construção de uma greve geral em defesa do emprego e direitos. “A luta dos/as trabalhadores/as contra o ajuste fiscal enfrentará o governo do PT e a oposição de direita, bem como o PMDB de Eduardo

Cunha e Renan Calheiros, governadores e prefeitos”, diz trecho do Manifesto aprovado pelo Congresso da CSP-Conlutas.

Greve unificada da educação. De acordo com Raphael, existem diferenças de mobilização na greve dos Servidores Públicos Federais (SPFs), que compõem a CSP Conlutas. “Na educação, a Fasubra tem uma greve com ampla participação e o Andes-SN uma greve que está se consolidando. Já o Sinasefe aponta para a entrada do movimento paredista”, diz.

Para fortalecer a greve está prevista a realização de uma plenária nacional dos SPFs (28/06), que objetiva organizar a luta do setor e uma marcha a Brasília. Os servidores/as querem pressionar o governo a negociar.